



COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE  
LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

1 **Ata da Reunião Ordinária do Comitê LGBT – 01/07/2021**

2 No primeiro dia de julho do ano de 2021 às 14h00min, via videoconferência no  
3 seguinte endereço: <https://conferencia.pr.gov.br/ComiteLGBT>, deu-se início à  
4 Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento da Política de Promoção e  
5 Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do  
6 Estado do Paraná (Comitê LGBT – PR). Fizeram-se presentes, conforme  
7 convocação prévia **Titular Governamental: Ana Zaiczuck Raggio** (DEDIF/SEJUF)  
8 e **Mara Carmem Ribeiro Franzoloza** (DDCIST/SESA). **Titular da Sociedade Civil:**  
9 **Lucas Siqueira** (Grupo Dignidade) e **Thainã Eloá** (CRP). **Suplente**  
10 **Governamental: Regina Célia Vitória**(SEED); **Convidados(as)/Colaboradores(as):**  
11 **Camilla Menezes** (DDCIST/SESA); **Clau Lopes** (APP Sindicato); **Janaina Plasido**  
12 (CAOP MPPR); **Thamirys Nunes** (Aliança Nacional LGBTI+ e Grupo Dignidade);  
13 **Bruna Ravena** (Casa De Malhu - Foz Do Iguaçu); **Juliana Taques** (DDCIST/SESA);  
14 **Fernando Roberto Ruthes** (Assessor da Diversidade Sexual da Prefeitura de  
15 Curitiba); **Eloise Zanon** (DEDIF/SEJUF); **Lucas Franceschi** (LIVRES); **Mateus**  
16 **Cesar Costa** (Grupo Dignidade); **Sandra Duarte** (DEPEN/SESP); **Cléber Humberto**  
17 **da Silva** (GMF-TJ/PR); **Dr. Cláudio Marques Rolin e Silva** (Núcleo de Proteção a  
18 Vulneráveis/DHPP); **Luana Barros** (NUCIDH/DPE); **Karollyne Nascimento**  
19 (Transgrupo Marcela Prado); **Gustavo Uchôa Cavalcanti** (Mães pela Diversidade);  
20 **Débora Marinho** (Assessoria de Direitos Humanos e Diversidade Sexual da  
21 Prefeitura de Curitiba); **Saulo Gaspar de Oliveira** (Gestor de diversidade da  
22 Secretaria de Juventude e Cidadania de Maringá); **Liza Minelly** (Grupo Esperança);  
23 **Ana Alice Santos Bueno** (Núcleo Estadual de Políticas Sobre Drogas/SESP);  
24 **Leonardo Menoncin Pacheco** (Residente Técnico/SEJUF) e **Daiane Pego**  
25 (Residente Técnica/SEJUF). **Justificativa de Ausência:** Derek Luan (APPAD).  
26 **Abertura:** A coordenadora Ana Raggio iniciou a reunião saudando a todos, todas e  
27 todes presentes e após solicitou uma breve apresentação dos participantes; em



**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

28 seguida, passou para a aprovação das pautas. **1º. Aprovação da Pauta:** após  
29 informação de que o presidente do SINEPE precisou lidar com outros  
30 compromissos, o ponto de pauta “3. *Diálogo com SINEPE sobre pessoas LGBTI+ na*  
31 *educação privada*” foi adiado para a próxima reunião e, portanto, retirado de pauta.  
32 Adiantou-se, ainda, o ponto “6. *Apresentação do GT LGBT da SESP*”. Pauta  
33 aprovada com as modificações supracitadas. **2º. Aprovação das atas de reunião**  
34 **ordinária e extraordinária de junho de 2021:** registrou-se a solicitação da  
35 colaboradora Janaina Plasido (MPPR) para a memória reunião extraordinária, a qual  
36 expressou que a transcrição da sua fala exprime que a resolução nacional referente  
37 ao nome social não fazia menção apenas às instituições públicas; contudo, corrigiu  
38 ela, não faz referência à nenhuma das formas de instituição, já que a resolução é  
39 genérica. Sobre a alteração, portanto, a coordenadora pediu que a colaboradora  
40 envie a solicitação por *e-mail*, contendo o número da linha, a fim de que a  
41 adequação seja realizada. Atas aprovadas, com as modificações solicitadas, e  
42 encaminhadas para posterior publicação no DIOE e no site. **6º. Apresentação do**  
43 **GT LGBT da SESP:** Com a palavra, o delegado Cláudio Marques introduziu sua fala  
44 apresentando o Grupo de Trabalho de Segurança Pública no âmbito da população  
45 LGBT+, dizendo tão sobre o histórico: o grupo iniciou sua atuação no dia  
46 30/06/2020, vencendo o que o delegado chamou de desafio, pois demarcaram sua  
47 posição pela defesa dos direitos humanos; ele ainda exprimiu sobre a importância  
48 do ato e da fala dos agentes públicos, e a maneira que isso reverbera, sendo muitas  
49 vezes causa de violências, quando mal colocadas, especialmente ao público  
50 LGBTQIA+. O GT funciona na SESP e conta com a participação do Ministério  
51 Público, OAB e outras entidades, secretarias e instituições. O delegado expôs que  
52 uma das atuações do GT é alteração nos boletins de ocorrência, o que demarcou  
53 como imprescindível para que se desenvolvessem políticas públicas - já que não se  
54 pode desenvolvê-las sem informações seguras. Através do Núcleo de Proteção aos  
55 Direitos Humanos e Proteção a Vulneráveis, atende-se casos de preconceito,



**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

56 racismo e a demais violações, além de atuar em outros conselhos – mas que,  
57 evidentemente, destacou o trabalho junto ao GT da SESP. O delegado disse, por  
58 fim, que o grupo de trabalho tem se mostrado bem produtivo, obtendo ótimos  
59 resultados e avanços. Adiante, Ana Raggio sublinhou a importância das  
60 modificações nos Boletins de Ocorrência, que ocorre tanto para a inclusão do nome  
61 social quanto para as distinções de orientação sexual e identidade de gênero,  
62 destinando espaço a tais questões nos campos de preenchimento – além viabilizar a  
63 tipificação da LGBTIfobia como crime de racismo; a coordenadora prosseguiu  
64 dizendo que a alteração também ocorre no IML, incluindo-se os campos para além  
65 dos que o Instituto já dispunha, como agora a possibilidade de intersexual no campo  
66 de sexo biológico. Todos os campos serão obrigatórios, excetuando-se o nome  
67 social, evidentemente, sendo este opcional. Ana Raggio disse também que o  
68 delegado Cláudio Marques participará junto às capacitações do Comitê, que já estão  
69 articuladas, trazendo consigo já um primeiro movimento de orientação. Além disso,  
70 mencionou a cartilha que vem sendo produzida pelo Núcleo sobre atendimento de  
71 vulneráveis no geral, onde estará a população LGBTQIA+, acompanhando a  
72 possibilidade de já se registrar as informações acerca do correto preenchimento  
73 desses dados. Nesse sentido, deu sequência, e Ana Raggio respondeu ao que foi  
74 questionado, via *chat* da videoconferência que por enquanto não existe a  
75 perspectiva da criação de grupos de atendimento a pessoas vulneráveis no interior  
76 do Estado; entretanto, as capacitações perpassam o objetivo de que todas as  
77 secretarias estejam aptas para atender tais públicos e, afora a isso, constitui-se  
78 neste a possibilidade de diálogo, chegando-lhes as demandas represadas nos  
79 municípios. Lucas Siqueira, na oportunidade de contato com o coordenador do  
80 Núcleo, delegado Cláudio Marques, registrou quanto a uma solicitação que já havia  
81 sido enviada a estes: no ano de 2017, em que o Grupo Dignidade solicitou um  
82 relatório dos registros de ocorrência de tipificados como homofobia, justificando que  
83 o Paraná já contava com tal tipificação da violência antes mesmo da criminalização



**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

84 da homofobia, como política pública do Estado; continuou dizendo que a solicitação  
85 voltou a ser realizada mais algumas vezes, mas que não obtiveram respostas  
86 quanto ao relatório; expressou também que a importância de tais relatos inscreve-se  
87 no fato de esse constituir muito provavelmente os únicos dados oficiais do Estado  
88 sobre violência quanto à comunidade LGBT. Portanto, Lucas deixou novamente seu  
89 apelo. Ana Raggio complementou a sua fala anterior de que o campo não se refere à  
90 natureza, mas sim à políticas públicas, como campo opcional. O delegado Marques  
91 disse que encaminhará ao Comitê os dados de 2019 e 2020, os quais dispõe;  
92 indicou ainda o setor da SESP responsável pelos dados, onde se pode solicitar as  
93 informações conforme o contingente que necessitar; registrou, por sua vez, que os  
94 próximos encaminhamentos sejam tratados diretamente com o Núcleo, já que a  
95 secretaria em si lida com um montante grande e complexo de demandas. O  
96 convidado Mateus Cesar explica que nos atendimentos jurídicos que acompanha  
97 muitas vezes, de maneira muito frequente, nos Boletins de Ocorrência – na parte de  
98 cima onde se refere a natureza- os crimes são tipificados como injúria e não são  
99 enquadrados da maneira correta que seria LGBTIfobia ou racismo, conforme  
100 determina a Lei do Racismo. Dessa maneira, questiona se essa ação será para  
101 alterar e estabelecer que o tipo penal fique como homofobia. Ana Raggio esclarece  
102 que o tipo penal será enquadrado como LGBTIfobia. Por fim, Mateus expõe que  
103 essa alteração será um grande avanço para o registro das denúncias e ocorrências,  
104 e parabeniza pela iniciativa. A Karol pediu que se esclareça que todo o trabalho  
105 articulado está assentado a nível estadual, abarcando a todos, pois segue-se uma  
106 demanda forte pelo olhar aos interiores, que reclamam estar sendo marginalizados;  
107 disse ainda que também deseja ter acesso aos dados de registro dos boletins de  
108 ocorrência que o Lucas solicitou. Já Bruna Ravena questionou quais as providências  
109 têm sido tomadas para a resolução dos casos das travestis assinadas no Estado do  
110 Paraná, haja vista que na totalidade as vezes os casos não chegam nem mesmo a  
111 serem elucidados e os assassinos não são presos – mencionou, inclusive, mais uma



**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

112 assassinato que teria ocorrido um dia antes à reunião ordinária; contudo, em  
113 confronto, o assassino foi morto, mas seu nome e foto não foram mencionados nem  
114 tão pouco divulgados, remetendo ao medo da denúncia; disse também que os  
115 registros comumente são realizados em desacordo com os fatos, com os agentes e  
116 inspetores identificando-os de uma forma diferente e não como LGBTIfobia, afinal.  
117 Por fim, questiona quais as orientações sobre a tipificação do crime de LGBTIfobia a  
118 SESP dá para as delegacias do interior do Estado do Paraná. A coordenadora Ana  
119 Raggio disse que a alteração do boletim ainda não está efetivada, portanto, ainda  
120 não há como realizar o registro em tal formato; respondeu que o processo de  
121 capacitação será iniciado em agosto, e ocorrerá para todo o Estado, enquanto a  
122 cartilha justamente circunda a forma correta de atendimento e registro dos casos, o  
123 que está sendo trabalhado dentro do Núcleo de Vulneráveis; em relação aos casos,  
124 prosseguiu, será tratado no próximo ponto de pauta – mas de antemão adiantou que  
125 o Dr. Cláudio Marques assumiu o Núcleo de Proteção a Vulneráveis em 2020 e sua  
126 providência segue em torno de efetuar um levantamento de todos os casos de  
127 LGBTIfobia, principalmente contra travestis e transsexuais, para que ele possa  
128 realizar um acompanhamento de todos estes casos, estabelecendo contato com  
129 todas as delegacias e afins – como já realizou contato com o delegado de Foz do  
130 Iguaçu que está responsável pelo caso mencionado. Assim, sem mais  
131 manifestações, passou-se ao próximo ponto de pauta. **7º. Casos de LGBTIfobia:**  
132 Portanto, o pedido realizado por Ana Raggio, rememorou, que é que realizem um  
133 levantamento e tragam os casos em aberto ao comitê, para que o delegado Cláudio  
134 Marques possa estabelecer os contatos e segmentar os retornos. Sendo assim, a  
135 coordenadora pediu que os casos sejam enviados a ela, podendo o envio ser  
136 realizado tanto pela plataforma de mensagens *whatsapp*, quanto pelo *e-mail*, para  
137 que esta possa compilá-los e levá-los ao GT LGBT da SESP por meio de ofício do  
138 Comitê LGBT, onde serão solicitadas providências em relação aos casos ali  
139 descritos, além de outros que venham a ser levantados. Encaminhamento aprovado.



**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

140 Na sequência, passou-se ao próximo ponto de pauta **5º. Consulta sobre o perfil**  
141 **profissional e interesse em capacitações para o Mercado de Trabalho:**  
142 Introduzindo o ponto de pauta, Leonardo apresentou-se como Residente Técnico do  
143 Departamento do Trabalho (SEJUF). Disse que, a partir da recomendação do  
144 Comitê LGBT, realizou uma proposta de ação voltada à comunidade LGBTQIA+  
145 conforme atuação do departamento, função da qual ele esteve incumbido. Sendo  
146 assim, foi feita uma pesquisa questionando acerca da área de interesse de atuação  
147 profissional do público LGBTQIA+. Apresentou, em seguida, os resultados. Iniciou  
148 dizendo que a primeira determinação fora quanto a função conferida ao  
149 Departamento do Trabalho, visualizando que estaria integrado à qualificação  
150 profissional; para que esta viesse a se desenvolver, a pesquisa supracitada  
151 intercorreu, sobre área de interesse para capacitação quanto à área de interesse de  
152 atuação; além da consulta prévia, ficou-se ainda de se determinar a realização do  
153 curso de qualificação, que seria um programa de capilaridade na divulgação das  
154 vagas de emprego e as agência do trabalhador, que são administradas pelo  
155 departamento, a qualificação do público LGBTQIA+ para apresentação do currículo  
156 e imagem profissional, o qual integra propriamente a realização do curso, e parceria  
157 com empresas executoras de curso de qualificação – via convênio com executoras  
158 especializadas, inclusive com as que possuem programas direcionados para a  
159 contratação do público LGBTQIA+. Portanto, o residente disse que o primeiro passo  
160 é pela divulgação da consulta prévia, haja vista que a intenção é pela consolidação  
161 estatística e qualitativa das áreas de interesse a partir das informações estritamente  
162 necessárias – a região que a pessoa reside, sua escolaridade, interesse de trabalho  
163 e interesse de empreendimento. A ideia é de extrair dessa coleta um plano de ações  
164 e de trabalho, que é exigido inclusive na perspectiva de se realizar um convênio com  
165 a União Federal e também para determinar, evidentemente, a operação dos cursos  
166 de qualificação. Sendo assim, o residente disse que se pretende a colaboração de  
167 todas as entidades ali presentes para assomar-se na divulgação, a fim de que





**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

168 atinjam o máximo de pessoas possível. A colaboradora Karol expressiu sua  
169 preocupação quanto à falta de consulta à instituição que representa sobre os dados  
170 apresentados pelo residente, mas complementou dizendo 64% (sessenta e quatro  
171 por cento) da população de travestis e transsexuais não têm sequer o ensino  
172 fundamental completo, tratando-se de um recorte populacional em que mais de 80%  
173 (oitenta por cento) sofreu da exclusão/expulsão escolar; portanto, há muito interesse  
174 em participar dessa construção – Ana Raggio disse que enviou à pesquisa e tais  
175 dados ao residente. Karol prosseguiu dizendo, inclusive, que a extração de tais  
176 informações pautou-se justamente da provocação aos órgãos estaduais e  
177 municipais, a fim de que estes pudessem contemplar tal população com vagas de  
178 estágio, o que apontou não ter visualizado na exposição; também disse que nunca  
179 teve acesso às redes sociais explicitadas, lugar onde se poderia encontrar e  
180 acompanhar informações, registrando uma certa ausência de divulgação – haja  
181 vista, salientou, que os outros movimentos também precisam ser consultados. A  
182 coordenadora Ana Raggio esclareceu que o residente havia procurado a fim de  
183 tratar das áreas de capacitação, contudo, disse que explicou que seria melhor  
184 realizar uma consulta a população LGBTQIA+ sobre quais seriam suas áreas de  
185 interesse; nesse sentido, a ideia então é de que o Comitê auxilie na criação da  
186 pesquisa e em sua divulgação – portanto, ela ainda não foi realizada. A colaboradora  
187 Liza manifestou que compartilha da mesma opinião da colaboradora Karol,  
188 elucidando ao Residente que é ao comitê que deve se dirigir, reportar e direcionar  
189 encaminhamentos; reforçou o interesse de que a população transsexual e travesti  
190 esteja no serviço público, como haviam realizado em solicitação anteriormente –  
191 configurando-se a proposta trazida pelo Leonardo como abordagem a um tipo  
192 diferente de situação. Diante das falas, Ana Raggio também explanou que as  
193 propostas de ação do Departamento do Trabalho para o Plano Estadual LGBT ainda  
194 não foram levadas ao Comitê, pois integram o plano da SEJUF, que ainda precisa de  
195 ajustes e inclusões, apontando a visualização de que apareça como ponto de pauta



**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

196 apenas em Agosto; portanto, as ações anteriores, apresentadas pelo residente,  
197 ainda não foram aprovadas, e o momento para tal nem é este; de fato, então, a  
198 proposta era dialogar sobre a pesquisa, além de o Departamento do trabalho não  
199 tratar da empregabilidade no serviço público, mas com a mediação de mão de obra  
200 entre a população e as empresas. Assim, encaminhou-se que a proposta de  
201 pesquisa será encaminhada aos colaboradores para que seja analisada e,  
202 posteriormente, seja discutida e votada sua aprovação em uma reunião futura. Sem  
203 mais manifestações, seguiu-se para o próximo ponto de pauta. **4º. Oferta de vaga**  
204 **para a população LGBTI+ em Comunidades Terapêuticas:** Com a palavra, Ana  
205 Alice Santos Bueno, responsável pelo eixo Relações com a Comunidade do Núcleo  
206 Estadual de Política Sobre Drogas (NEPSD), participou da reunião representando o  
207 Delegado Renato Bastos Figueiroa; colocou-se à disposição para responder dúvidas  
208 e esclarecimentos. Adentrando no ponto, tão logo, a coordenadora Ana Raggio  
209 esclareceu sobre as atribuições do Comitê à Ana Alice e disse que no âmbito das  
210 pessoas que realizam uso abusivo de drogas e procuram internamento (ou têm  
211 internamento compulsório) acaba se tendo um tanto de dificuldade em relação ao  
212 local para o qual essas pessoas são direcionadas; a instituições privadas, estas  
213 contando com apoio do Estado, que têm uma vinculação religiosa, acarretando em  
214 uma série de violações de direitos ao público LGBT, e há instituições inteiramente  
215 públicas, como hospitais, que também recebem essas pessoas e ainda assim  
216 cometem uma série de violações – em especial travestis e transsexuais. Por isso,  
217 Ana Raggio apontou que se pretende fazer a ponte com o Núcleo a fim de que este  
218 possa realizar um diálogo com as instituições para a correta orientação em todo o  
219 Estado, com uma ação específica com esse público. A colaboradora Karol narrou o  
220 caso de uma menina para a qual havia buscado apoio em uma comunidade  
221 terapêutica, haja vista que ela, a menina, era usuária de drogas, mas disse que esta  
222 simplesmente negou-se a realizar o tratamento, pois já havia sido internada e  
223 passado por uma série de violências; a colaboradora expressou que em sua atuação





**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

224 no assunto já pôde ver e ouvir de tudo, inclusive com relatos de funcionários, com  
225 estes dizendo que deveria haver uma adequação ao sexo biológico ou então não  
226 poderiam de aceitar a pessoa para o tratamento. Seguiu com a palavra e deu outro  
227 exemplo: em 2019, duas meninas precisavam e buscaram apoio para tratamento e  
228 na Comunidade Terapêutica Hermon disseram que elas apenas poderiam estar  
229 nestes espaços se fizessem uso de roupas masculinas e cortassem o cabelo. Karol  
230 frisou que o serviço deve ser realizado sem distinções, não havendo interferências  
231 ou a orientação de cunho religioso. A palavra voltou à Ana Alice, que começou a  
232 realizar algumas explanações: disse que as comunidades terapêuticas têm cunho  
233 religioso intrínseco e esclareceu que o Estado do Paraná não financia nenhuma  
234 delas, mas que a esmagadora maioria destas sobrevive com apoio financeiro da  
235 comunidade, familiares dos acolhidos e afins; quanto a instituições que recebem  
236 apoio Municipal, Ana Alice respondeu que não poderia responder a respeito, haja  
237 vista que seu trabalho compete ao nível estadual. Informou que o Delegado Renato  
238 Bastos Figueiroa fez contato com a SENAPRED para questionar quanto à  
239 abordagem e orientação do público LGBT nos espaços terapêuticos, mas que ainda  
240 não obteve resposta; contudo, prosseguiu dizendo que são realizados editais para  
241 financiamento das vagas sociais de comunidades terapêuticas e que estas são  
242 divididas em vagas sociais masculinas, femininas e adolescentes – entretanto, não  
243 há lei que as conforma, apenas tem-se: a Resolução - RDC nº 29/2011 da ANVISA -  
244 que regulamenta como deve ser o acolhimento; a alteração na Lei nº 11.343/2006 -  
245 que traz as comunidades terapêuticas de atendimento; a Resolução CONAD nº  
246 01/2015 - que regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas  
247 Públicas sobre Drogas (SISNAD), as entidades que realizam o acolhimento de  
248 pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou  
249 dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades  
250 terapêuticas -, mas que nenhuma delas trata da questão especificamente do público  
251 LGBT, todavia, também não realiza distinção. Portanto, comprometeu-se em levar ao



**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE  
LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

252 comitê uma resposta assertiva assim que obtiverem uma resposta da SENAPRED.  
253 Prosseguiu suas colocações dizendo que o Estado do Paraná assinou um convênio  
254 com o Ministério da Cidadania para que se possa fiscalizar tais comunidades que  
255 recebem verbas federais; sendo assim, o NEPSD não possui poder fiscalizatório.  
256 Também mencionou que há uma série de comunidades terapêuticas que vivem em  
257 um limbo legal, considerando que deliberadamente optam por não emitir o alvará de  
258 funcionamento a fim de não se adequar às regras da ANVISA, e mesmo que o  
259 Núcleo tome conhecimento do fato, apenas podem orientar, já que não possuem  
260 capacidade de intervenção e punição. Por fim, manifestou compreender e estar de  
261 acordo com a debate e disse que podem se reunir periodicamente a fim de entender  
262 a maneira com a qual o Núcleo poderia contribuir no assunto, passando ao  
263 Delegado Renato Bastos Figueiroa a demanda, ilustrando que este possui uma  
264 cadeira no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), e se intente por  
265 estabelecer uma política a nível nacional. Quanto aos leitos psiquiátricos em  
266 unidades públicas, disse que estes são regulamentados pelo SUS. A colaboradora  
267 Liza perguntou a quem caberia a fiscalização. Ana Alice respondeu que os  
268 municípios são os responsáveis por averiguar, por conta da ausência de legislação;  
269 excetuando-se, evidentemente, as que estão vinculadas à SENAPRED, pois  
270 assinam contrato e ficam sujeitas às regras, podendo ser fiscalizadas diretamente.  
271 Nesse sentido, informou que o Estado do Paraná assinou com a SESP para que o  
272 Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas possa fazer a fiscalização dessas  
273 comunidades terapêuticas que têm vaga social; para isso, realizará um treinamento  
274 especializado para que se iniciem as fiscalizações, mas especificou que nestas  
275 comunidades o atendimento é de ótima qualidade. Karol pede para averiguar  
276 também quanto ao registro de nome social, identidade de gênero, orientação sexual  
277 dentro dos protocolos dos formulários utilizados para preenchimento das pessoas  
278 em tais comunidades; pediu, ainda, que a servidora compartilhe com a Ana Raggio o  
279 levantamento das instituições que prestam serviço de qualidade, haja vista o

**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

280 encaminhamento de demandas. Já a Liza disse que haveria também instituições que  
281 receberam recursos por meio de emenda parlamentar de deputados, as quais  
282 precisam mapear e exigir o melhor atendimento, assunto que Ana Alice disse não ter  
283 conhecimento. Ana Raggio disse que pautará cada uma das questões supracitadas  
284 e buscará contato com os municípios a fim de tratar da condução da fiscalização das  
285 comunidades terapêuticas. Sem mais, seguiu-se para o próximo ponto de pauta. **8º.**  
286 **Recomendação sobre a participação de pessoas trans nos esportes:** a  
287 coordenadora Ana Raggio disse que o documento da recomendação havia sido  
288 enviado previamente, contudo, houve modificações; tão logo, realizou-se a leitura do  
289 documento na reunião. Explicitou que a recomendação veio a partir de um debate  
290 trazido pelo Gustavo, que coordena a instituição Mães pela Diversidade e tem uma  
291 filha trans adolescente que tenta participação em esporte de alto rendimento e  
292 encontra muita dificuldade nas instâncias que coordenam a modalidade esportiva,  
293 além disso, também há recebimento de outros casos de pessoas trans sendo  
294 impedidas de participarem em modalidades competitivas. Assim, realizaram-se duas  
295 reuniões específicas para debate do tema, contando a presença de especialistas e  
296 de representantes dos municípios; dessas reuniões, fomentou-se a necessidade de  
297 se criar e emitir uma recomendação. Com isso, ficou acordado que a recomendação,  
298 na íntegra, será enviada por e-mail aos colaboradores e colaboradoras, para  
299 posterior aprovação. Não havendo mais manifestações, passou-se ao próximo ponto  
300 de pauta. **9º. Informes:** Ana Raggio citou os meses voltadas ao público LGBT+,  
301 sendo Agosto como da visibilidade lésbica, o mês de Setembro da Visibilidade Bi e o  
302 de Novembro da visibilidade Intersexual, ratificou a demanda pela realização de  
303 eventos com representantes de cada uma das regionais e propôs a aprovação pela  
304 realização de um evento já no mês de Agosto em relação à visibilidade lésbica;  
305 aprovado pelo comitê. Já a colaboradora Karol informou que na Cadeia Pública de  
306 Rio Branco do Sul as meninas encarceradas foram vacinadas com a vacina contra a  
307 Covid-19; e ainda sobre a cadeia pública do município, Ana Raggio disse que se



**COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESTADO DO PARANÁ**

308 está pautando o atendimento psicológico às internas, com dois trabalhos já fechados  
309 e encaminhados para tal. Bruna informou acerca de sua participação no Seminário  
310 Nacional LGBTQIA+, onde pôde falar sobre LGBTfobia, segurança pública e afins,  
311 tendo em vista que ainda cerca de 90% (noventa por cento) da população de  
312 travestis vive da prostituição, que é onde sofrem a maior parte da maior violação aos  
313 direitos humanos – o atentado contra suas próprias vidas; aproveitou ainda para  
314 pedir suporte ao Comitê contra os ataques de um vereador de Foz do Iguaçu ao  
315 público LGBTQIA+, expondo que este realiza publicações ofensivos em redes  
316 sociais e com associações falaciosas e preconceituosas. Ana Raggio mencionou  
317 que se pode realizar um pedido de providências, tanto para a Câmara Municipal  
318 quanto para o Ministério Público; Bruna abordou ainda o pedido de entrada em  
319 petição contra decoro parlamentar perante ao vereador, justificando que atenta por  
320 sua própria vida; o comitê aprovou o encaminhamento. **Encerramento:** Sem mais  
321 assuntos a serem tratados, a coordenadora Ana agradeceu a participação de todos,  
322 todas e todes e encerrou a reunião. A presente ata foi lavrada por Gabriel de Franco  
323 Rocha e revisada pela residente técnica Daiane Pego.